



■ Presidente p.2

Acordo UE/Turquia permite
“ganhar tempo”



■ PSD p.8

Fatura das opções
irrealistas será paga
no futuro

POVO LIVRE



nº 1915

23 de março de 2016

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“Esclarecimento cabal” sobre interferência na banca



Pedro Passos Coelho visitou a Feira do Folar de Valpaços



Acordo UE/Turquia permite “ganhar tempo”

O acordo alcançado entre a União Europeia (UE) e a Turquia permite “ganhar algum tempo” na gestão de crise dos refugiados. “O mecanismo permite à UE comprar um pouco de tempo, que tem de ser utilizado para resolver a causa dos problemas”, afirmou Passos Coelho, que participou, em Bruxelas, na cimeira dos líderes do Partido Popular Europeu (PPE), que o PSD integra, prévia à reunião do Conselho Europeu, nos dias 16 e 17 de março.

O fluxo de migrantes e refugiados tem parte da sua origem “na situação que se vive na Síria, no Iraque”. Passos Coelho referiu ainda, por outro lado, a necessidade de analisar os mecanismos que permitem aos Estados-membros fazer o acolhimento e integração de refugiados “mas também relativamente aos mecanismos internos da política de mobilidade dentro da própria UE”. “É muito importante que pessoas, sobretudo migrantes económicos mas refugiados também, possam ser acolhidos condignamente na Europa”, salientou, alertando para a necessidade de serem controladas as fronteiras externas da União Europeia.

No contexto do plano de ação conjunto com a Turquia e do seu eventual aprofundamento, no esboço de conclusões indica-se o uso de “todos os meios” no apoio à Grécia, referindo que os países podem colaborar, a curto prazo, com guardas fronteiriços, especialistas em asilo e interpretes.

No documento preparado para a cimeira de chefes de Estado e de Governo, lê-se a necessidade de uma estratégia global para responder à crise migratória, com



tónica no controlo das fronteiras externas. Com o número de refugiados prontos para serem recolocados a ser superior às vagas oferecidas, os países também devem rapidamente oferecer mais acolhimentos, segundo o documento.

Os líderes da União Europeia chegaram a acordo com a Turquia sobre a crise dos refugiados, com a Europa a fazer algumas cedências, afirmou na sexta-feira o primeiro-ministro da República Checa. Segundo aquele governante, todos os refugiados que chegarem ilegalmente a território grego, regressarão à Turquia. Apesar das muitas dúvidas e da oposição de alguns países, a União Europeia terá finalmente chegado a um acordo com a Turquia sobre o mecanismo de asilo.

Para a Turquia aceitar o acordo, a União Europeia duplicou o volume da ajuda financeira para os refugiados sírios de 3 mil milhões de euros iniciais para 6 mil milhões de euros. Em troca, por cada migrante que chegar ilegalmente à Grécia que for 'devolvido' à Turquia, os Estados-membros aceitam um refugiado sírio diretamente da Turquia.

Mas para alcançar este acordo, há cedências de ambas as partes. Em troca de receber de volta os refugiados, a Turquia pode esperar um novo impulso nas negociações para a sua adesão à União Europeia e ainda a promessa de negociações em um dos capítulos das negociações de adesão, quando exigia cinco.

A Turquia pediu para entrar na União Europeia em 1987. Só em 1997 é que foi considerada como elegível para fazer parte da União, sendo que as negociações para que essa adesão se viesse a efetivar só começaram em 2005.

Cerca de 2300 especialistas, incluindo tradutores e autoridades de segurança e migração, são esperados na Grécia para ajudar a aplicar este plano.



“Esclarecimento cabal” sobre interferência na banca



O presidente do PSD considera que é preciso um “esclarecimento tão transparente quanto possível”, sobre a alegada interferência direta do primeiro-ministro nos negócios entre a empresária Isabel dos Santos e o setor bancário. “Não temos boa memória dos tempos em que os governos e os primeiros-ministros se envolviam em processos societários que não respeitavam ao Estado, respeitavam aos privados, e era muito importante que houvesse um cabal esclarecimento dessa matéria”, alertou Passos Coelho, à margem de uma visita à Feira do Folar de Valpaços, Vila Real, Domingo, 20 de março.

Para o líder do PSD, é fundamental que os governos “salvaguardem a sua independência e a sua isenção de processos que não estão sob a sua alçada direta” e, por isso, espera que haja um “esclarecimento cabal desta matéria”. O “Expresso” noticiou que António Costa e a empresária angolana, para ultrapassar o impasse no BPI, reuniram-se em Lisboa e terão conciliado posições com o grupo financeiro espanhol La Caixa, com a filha do Presidente de Angola a vender a sua participação no BPI aos espanhóis e o BPI a ceder as suas ações do banco angolano BFA a capitais angolanos.

Já no sábado, o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Leitão Amaro anunciou um pedido de esclarecimento e referiu que vão ser formuladas oito perguntas ao Governo socialista sobre as alegadas interferências nos negócios entre a empresária angolana Isabel dos Santos e o setor bancário.

“Aquilo que não é comum, e eu seguramente nunca o fiz no passado, é haver notícia pública de que haja uma intervenção direta do primeiro-ministro





em assuntos que não são matéria de Governo”, frisou Passos Coelho.

Passos Coelho defende que o Governo deve seguir com atenção a situação do sistema financeiro mas, frisou, esta não é matéria em que o “Governo se deva envolver”. “E como houve notícias e esta última não foi a única mas foi aquela que deu de forma mais detalhada ideia de que o próprio primeiro-ministro teria autorizado operações que são operações de natureza privada, seja relativamente ao BPI ou ao BCP, nós estranhámos porque o Governo e o primeiro-ministro não têm nenhuma competência direta nestas matérias e não é bom que tenham”, sustentou.

Questionado ainda sobre a “espanholização” ou a influência espanhola na banca portuguesa, o presidente do PSD defendeu que “há interesse em haver diversificação de capitais no setor financeiro” como aliás, afirmou, “já há hoje”. “Espero que o primeiro-ministro tenha razão. O país fez muito para que o sistema financeiro pudesse realmente inspirar confiança”, afirmou Passos Coelho aos jornalistas, lembrando que, quando chegou ao Governo em 2001, o “setor financeiro estava à beira da rotura” e que, por isso, “o Estado teve de disponibilizar meios financeiros para ajudar o sistema financeiro a recapitalizar-se, a ganhar outro músculo e credibilidade”.

Quanto às críticas de Costa ao Governo PSD/CDS, que acusou de “enganar” os portugueses “com a conversa da saída limpa [do programa de resgate e assistência financeira], escondendo “debaixo da mesa” o estado em que se encontrava o sistema financeiro”, Passos Coelho apenas disse que tem “uma boa resposta para lhe dar” se a questão for levantada no Parlamento.

O líder do PSD visitou a Feira de Valpaços, onde durante três dias se venderam cerca de 50 toneladas de folar, falou com comerciantes e visitantes, recebeu beijos e abraços e ouviu, por várias vezes, o pedido para “voltar ao Governo”.



Pedro Passos Coelho recebeu no dia 15 de março, na sede nacional, a presidente do CDS-PP, Assunção Cristas



PSD felicita vitória do MpD de Cabo Verde



O presidente do PSD felicitou “com alegria” a vitória, com maioria absoluta, do Movimento para a Democracia (MpD), liderado por Ulisses Correia e Silva, nas eleições legislativas de 20 de março em Cabo Verde. “Felicitó com alegria a grande vitória do Dr. Ulisses Correia e Silva e do MpD nas eleições legislativas de ontem [domingo] em Cabo Verde. Foi um resultado muito expressivo que demonstra bem a vontade dos cabo-verdianos em dar um novo impulso a Cabo Verde”, afirma Passos Coelho, num comunicado divulgado pelo PSD.

Na mesma nota, o presidente do PSD diz esperar que Ulisses Correia e Silva e o MpD “tenham sucesso na implementação de uma política que contribua para a criação de riqueza e de melhores condições de vida para o povo cabo-verdiano”, considerando que “o seu sucesso será o sucesso de Cabo Verde”. O MpD venceu as eleições legislativas de domingo em Cabo Verde, em todos os círculos eleitorais do arquipélago, interrompendo um ciclo de três maiorias absolutas consecutivas do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). Em termos de votos expressos, o MpD conseguiu em Cabo Verde 119.401 votos (53,7%), o PAICV 82.246 (37%) e a UCID 15.438 (6,9%). Quando estão apurados os resultados de 1.153 das 1.241 mesas e falta a eleição dos seis deputados que representam as comunidades no estrangeiro, o MpD, liderado por Ulisses Correia da Silva, conseguiu 37 dos 72 assentos parlamentares, menos um do que o total de deputados que o PAICV conseguiu na sua maioria absoluta de 2011. O MpD retira assim do poder o PAICV, que governou Cabo Verde nos últimos 15 anos, sob a liderança de José Maria das Neves.

Ulisses Correia e Silva dedicou a vitória a todos os cabo-verdianos e prometeu começar a trabalhar “imediatamente para pôr o país na rota do crescimento económico”. “A minha primeira tarefa será pôr de pé um programa de emergência para podermos dar respostas concretas aos problemas que os cabo-verdianos sofrem neste momento e à expectativa que foi criada”, expressou Ulisses Correia e Silva durante o discurso de vitória, na sede nacional do MpD, na cidade da Praia. Ulisses Correia e Silva, que falou tendo como som de fundo os efusivos festejos dos militantes do MpD que enchiam as ruas junto à sede do partido, considerou que “esta é uma vitória para começar um novo ciclo, um ciclo de novas soluções” para Cabo Verde.

Orçamento do Estado para 2016

Fatura das opções irrealistas será paga no futuro

O líder parlamentar do PSD considera que a crítica de alheamento na discussão do Orçamento do Estado para 2016 é “muito hipócrita” e recusou estar preocupado com a interpretação do eleitorado à falta de apresentação de propostas. “É uma crítica muito hipócrita, porque todos os partidos no parlamento e os portugueses em geral conhecem as propostas do PSD. Conhecem todas as orientações da nossa política económica e financeira”, afirmou Luís Montenegro aos jornalistas depois de aprovado o OE2016.

Referindo-se aos deputados do PS, Bloco de Esquerda (BE), PCP e partido ecologista 'Os Verdes (PEV), o deputado social-democrata afirmou: “São os mesmos que são responsáveis por não estarmos a executar um orçamento e executar esses princípios, porque fizeram cair o Governo escolhido pelos portugueses nas eleições”.

Nesse sentido, disse o líder parlamentar do PSD, “seria absurdo estar com propostas detalhadas de alteração que seriam inconciliáveis com os princípios que norteiam” o OE2016, hoje aprovado com os votos da esquerda parlamentar.

Luís Montenegro deseja que “o Governo e os partidos que o apoiam agora se dediquem a governar”, salientando que o PSD continua a ter dúvidas sobre a viabilidade do OE2016.

Questionado sobre se o PSD está preocupado com os impactos que a falta de apresentação de propostas de alteração durante o debate na especialidade do OE2016, Luís Montenegro admitiu não estar preocupado com essa questão. “Cabe-nos a cada um de nós assumir as nossas opções com frontalidade. Nós assumimos as nossas, na expectativa de que as pessoas as percebam. E portanto faz parte do nosso trabalho esclarecer as pessoas dos nossos pontos de vista”, disse.

Interrogado sobre como será a postura social-democrata durante o debate do Programa de Estabilidade 2016-2020, que o Governo terá de aprovar na Assembleia da República e apresentar a Bruxelas até ao final do mês de abril, Luís Montenegro disse que o PSD tomará uma decisão depois de conhecer a proposta do executivo. “Antes de mais tem de haver uma proposta do Governo, que a responsabilidade cabe ao Governo. Vamos aguardar e tomaremos uma posição quando houver o texto, agora



não vamos inverter as coisas. A responsabilidade não está do lado do PSD, mas de quem governa”, salientou.

O PSD comparou a “imprudência orçamental” do Governo ao comportamento de José Sócrates em 2009, considerando que, tal como nessa altura, a “fatura” das opções irrealistas do PS, BE e PCP será paga no futuro pelos portugueses. “À imprudência orçamental de hoje vai corresponder o plano B amanhã. O doutor António Costa faz hoje o que o engenheiro José Sócrates fez em

2009. Dá o que tem e o que não tem para, a seguir, cobrar em dobro o que deu antes”, afirmou o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, no encerramento da discussão do Orçamento do Estado para 2016 (OE2016).

Numa intervenção em que contrapôs a atitude responsável e coerente do PSD ao “chico-espertismo” e arrogância do primeiro-ministro, Luís Montenegro sublinhou ainda a “inevitabilidade de um plano B”, considerando que o documento que será hoje aprovado “é apenas



mais uma das inúmeras versões do Orçamento". "Hoje, como em 2009, apresenta o folheto eleitoral. Amanhã, como em 2010, apresentará as faturas", venceu o líder da bancada do PSD.

Falando num Orçamento que "é socialista, é bloquista e é comunista", Luís Montenegro reiterou a discordância do seu partido à estratégia política e económica do Governo, mas recusou tratar-se de "uma posição de birra" dos sociais-democratas pela forma como o atual executivo foi constituído.

"Nós estamos contra este orçamento por razões substantivas. Porque ele é mesmo um mau orçamento para o país", assegurou, recusando os "impropérios" que deputados socialistas dirigiram ao PSD durante o debate do OE para 2016.

Luís Montenegro fez ainda referência à divergência que opôs o PS e os seus "parceiros" no que toca aos compromissos com a Grécia e a Turquia, lembrando como António Costa "afrito e até irritado clamou pela responsabilidade do PSD". "Como que dizendo ao país que a sua maioria é só para a mercearia, não é para as questões de Estado. E ainda quis dizer que o PSD era incoerente e BE e PCP eram o ícone da coerência", disse, recordando as promessas de "maioria sólida, consistente e duradoura".

"Se há quem chame habilidade a estas artimanhas socialistas do PS, que se valerem da seriedade, da coerência e da boa-fé do PSD, nós chamamos-lhe o que isso é de facto: chico-espertismo. Um chico-espertismo que é tão arrogante como saloio", acusou, contrapondo o PSD como "um partido livre, sério e coerente" e que decide "sempre em função do interesse nacional".

Voltando a classificar como "revanchista" a atitude do Governo de "desfazer tudo a qualquer preço", o líder da bancada do PSD insistiu que a opção socialista, bloquista e comunista, "já testada no passado", é "um presente envenenado aos portugueses".

"Este entendimento revanchista é o caminho para desfazer reformas e para desperdiçar sacrifícios", salientou, reiterando que o OE para 2016 é "uma oportunidade perdida", porque insiste "num modelo económico falido



e numa opção que os portugueses rejeitaram quando votaram".

PSD votou contra um orçamento que penaliza os contribuintes

O parlamento aprovou, no dia 16 de março, o Orçamento do Estado para 2016 proposto pelo Governo PS, com os votos favoráveis do PS, BE, PCP e PEV, a abstenção do PAN e os votos contra do PSD e do CDS-PP. A proposta que estabelece as Grandes Opções do Plano foi aprovada

com votação idêntica. O Orçamento do Estado para 2016 foi aprovado com 229 deputados presentes. O orçamento prevê um aumento dos impostos indiretos, nomeadamente sobre Veículos (ISV), sobre Produtos Petrolíferos (ISP), em seis cêntimos, na gasolina e no gasóleo, sobre o Tabaco (IT) e sobre as Bebidas Alcoólicas (IABA). O Orçamento do Estado foi aprovado em votação final global após cerca de mês e meio e discussão na especialidade, com 135 propostas de alteração viabilizadas.



Envolvimento do Governo na banca é “muito grave”



O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Leitão Amaro anunciou um conjunto de oito perguntas formuladas ao Governo socialista, sobre alegadas interferências nos negócios entre a empresária angolana Isabel dos Santos e o setor bancário. “Os governos socialistas de José Sócrates, um deles com a participação do atual primeiro-ministro, intervieram em negócios privados, na banca, em empresas de telecomunicações e na comunicação social. Essas interferências políticas em negócios privados dão mau resultado, o país já viu esse filme”, recordou o deputado social-democrata, referindo-se à antiga PT e a bancos como a Caixa Geral de Depósitos ou o BCP.

O parlamentar social-democrata vincou que, a confirmar-se a notícia publicada hoje pelo jornal semanário “Expresso”, de envolvimento do chefe do executivo nas conversações, trata-se de “factos muito graves”, de “falta de imparcialidade” e “interferência”, além da “falta de transparência”. “O PSD vai pedir esclarecimentos. O que aqui está em causa, a ser verdade, é demasiado grave e precisa de um cabal esclarecimento. A que título, com base em que poder, interveio ou participou, como negociante, nas relações entre acionistas privados e bancos privados?”, perguntou Leitão Amaro.

O deputado do PSD sugeriu se tal atuação, a confirmar-se, “não coloca em causa, de forma séria e muito grave, a imparcialidade que o Governo deve ter?” e se estará a ser “respeitada a igualdade de tratamento de todos os agentes no mercado, a liberdade de concorrência”. “Não é colocado em causa a competência própria das entidades reguladoras independentes, quer nacionais, quer europeias? Ter-se-á envolvido e intervindo nas relações societárias de bancos privados, de acionistas estrangeiros de bancos?”, foram algumas das questões colocadas pelo responsável do PSD.

O “Expresso” noticiou que António Costa e a empresária angolana, para ultrapassar o impasse no BPI, reuniram-se em Lisboa e terão conciliado posições com o grupo financeiro espanhol La Caixa, com a filha do Presidente de Angola a vender a sua participação no BPI aos espanhóis e o BPI a ceder as suas ações do banco angolano BFA a capitais angolanos.

Câmara de Barcelos persegue funcionárias do município



O PSD de Barcelos acusou a Câmara local (PS) de “perseguição” a “muitas” trabalhadoras municipais, sublinhando que se trata de um “retrocesso” na dignidade e nos direitos das mulheres.

Em comunicado, o PSD sublinha ainda que o executivo socialista “desvaloriza e desqualifica” o trabalho das funcionárias municipais. “Nos últimos seis anos, quantas mulheres funcionárias da Câmara de Barcelos foram retiradas das suas funções e tarefas? Quantas foram colocadas a executar trabalhos menos qualificados para as aptidões profissionais que possuem? Quantas foram colocadas em espaços que representam a sua desqualificação perante os demais funcionários e a sociedade barcelense?”, questionam, retoricamente, os sociais-democratas.

O PSD pergunta igualmente “quanto perde o concelho de Barcelos com aquela força de trabalho de mulheres funcionárias que é desvalorizada e desqualificada”. “Com a sua prática discriminatória, o executivo PS de Barcelos pratica o retrocesso na dignidade e nos direitos das mulheres funcionárias do município”, refere o comunicado.

No documento, o PSD diz ainda que, “em coerência com uma prática indigna para a condição feminina”, o executivo PS se limitou “aos mínimos de fachada” nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, “através de um espetáculo cultural”.

PSD acusa a Câmara de Guimarães de “total desorientação” quanto à muralha da cidade

O PSD de Guimarães acusa a Câmara de “total desorientação” quanto à muralha da cidade e propõe que o proprietário do edifício que lhe dá acesso seja “abordado” para o vender pelo mesmo preço que o comprou em 2014. Em comunicado, a estrutura concelhia social-democrata considera ainda que a autarquia, presidido pelo socialista Domingos Bragança, “não foi competente” ao não ter exercido o direito de preferência sobre aquele edifício garantindo assim o acesso à torre onde se lê a inscrição “Aqui Nasceu Portugal”.

Os sociais-democratas sugerem ainda que na Torre da Alfândega seja instalado um centro interpretativo de toda a Muralha de Guimarães e que lhe seja atribuído o “papel de alfândega do século XXI”, um “welcome center” da cidade, entre outras sugestões. “A câmara deveria abordar o proprietário dos imóveis propondo-lhe a compra do imóvel pelo mesmo valor que este o adquiriu. Dessa forma o proprietário não sai diretamente prejudicado e a câmara tem a oportunidade de adquirir o imóvel (...) pelo mesmo preço que o devia ter feito há dois anos”, aponta o texto, lembrando aquilo que o líder do PSD no executivo camarário defendeu na reunião de 16 de março.

Na reunião do executivo camarário, o vereador da CDU, Torcato Ribeiro, denunciou a compra e venda dos prédios que dão acesso à Torre da Alfândega, entre particulares, sem que autarquia tenha exercido o direito de preferência que lhe é concedido pelo facto dos edifícios se situarem no Centro Histórico de Guimarães.

À data, aponta o PSD, “o vereador da Cultura até desvalorizou a intervenção do vereador da CDU manifestando publicamente que o imóvel adquirido por Domingos Machado Mendes não era necessário para o acesso à Muralha”. Mas “no dia seguinte, a mesma câmara e o mesmo vereador, agora acompanhado pelo presidente de câmara, subscreveram um comunicado conjunto em que manifestam a intenção de expropriar o imóvel”.

Para o PSD, aquela sucessão de “eventos” demonstra que “a Câmara de Guimarães não tem nem tinha qualquer estratégia quanto à Muralha ou à Torre da Alfândega” e espelha a “total desorientação que vai para os lados” da autarquia.

Para a Torre da Alfândega, o PSD aponta soluções como criar “um centro interpretativo de toda a cerca da



Muralha de Guimarães, atribuir ao imóvel o papel de alfândega do século XXI e ali ser instituindo um ‘Welcome Center’ de Guimarães, ou seja, o local onde serão recebidos e orientados os turistas (...), tal como era que era feito aos visitantes na alfândega medieval então para efeitos tributários”.

Quer ainda o PSD “instituir no cimo da Torre um miradouro privilegiado sobre a cidade de Guimarães, proceder à requalificação da Rua do Anjo, e assegurar uma completa catalogação e classificação da Cerca de Guimarães”.

Para já, na última quinta-feira, a autarquia deu conta da sua intenção de desenvolver um percurso de 250 metros de extensão, feito ao longo de estrutura de madeira interior que terá gravado o nome e do local das torres anteriormente existentes, permitindo “interpretar melhor o que foi o sistema defensivo” da cidade.

Aquele percurso será feito pelo adarve (caminho de ronda estreito), onde será possível caminhar pela muralha, junto às ameias, no troço entre a Câmara Municipal, a Colegiada da Oliveira e o Museu de Alberto Sampaio.

Discutir uma estratégia conjunta para o Barreiro



O presidente do PSD/Barreiro, Bruno Vitorino, solicitou uma reunião ao líder do PS local para abordar a atual “situação de estagnação do concelho”, tendo este aceitado o repto “em menos de um minuto”. Bruno Vitorino admitiu que poderá haver uma estratégia conjunta com vista às eleições autárquicas do próximo ano. “O Barreiro não pode continuar assim. O concelho não pode continuar a perder pessoas, a perder comércio e empresas, a perder postos de trabalho, a não conseguir atrair investimento e a ver o seu núcleo histórico degradar-se cada vez mais. A CDU esgotou-se”, afirmou o deputado social-democrata.

A Câmara Municipal do Barreiro é liderada pelo presidente Carlos Humberto, da CDU, que detém a maioria, mas o PS e o PSD estão também representados no executivo municipal. O presidente do PSD/Barreiro entende que as próximas eleições autárquicas podem significar um momento de viragem, mas que para isso é necessário que “PSD e PS consigam dialogar, pondo para segundo plano os interesses partidários”.

“Propus uma reunião ao presidente do PS Barreiro para discutir este tema, e faço este apelo de espírito aberto, de forma sincera. Faço-o enquanto barreirense que vê o concelho definir dia após dia, e que acha que se pode e deve fazer melhor. Apesar das divergências entre os partidos, espero que o PS esteja, como nós, disponível para um diálogo sério e construtivo”, sublinha

PSD de Tondela exige clarificação das intenções para ferrovia e rodovia do Centro



A Comissão Política de Tondela do PSD exige que o Governo clarifique com urgência quais são as suas intenções em relação à ferrovia e à rodovia que servem a região Centro. “Exigimos que a atual secretaria de Estado das Infraestruturas esclareça os moldes da reabilitação da Linha da Beira, nomeadamente o seu alcance ao nível de transporte de mercadorias e qual a regularidade dos meios ferroviários. As empresas e as pessoas do concelho exigem saber se este investimento serve ou não as suas necessidades”, alegou.

Numa conferência de imprensa, que decorreu dia 14, o presidente da concelhia do PSD de Tondela, Sérgio Rodrigues, sublinhou que é ainda imprescindível que o Governo venha explicar o que pretende fazer em relação ao IP3 (itinerário principal). “O PSD relembra o senhor secretário de Estado que o IP3 é um eixo fundamental para a região Centro, sendo a principal via de transporte de mercadorias das empresas do território. Recordamos ao Governo que este traçado se encontra completamente degradado, a necessitar de intervenção urgente, constituindo uma ameaça grave a pessoas e bens”, referiu.

No seu entender, perante o anúncio público de busca de financiamento para a rodovia, o atual Governo “deverá comprometer-se com as populações do concelho e da região” em fazer da requalificação do IP3 “um desígnio nacional e sem custos para o utilizador”.

“Não admitimos que o executivo nacional não canalize todos os esforços e o tal financiamento que se comprometeu a encontrar para esta obra prioritária no plano de mobilidade nacional. Não aceitamos mais adiamentos para esta via”, acrescentou.

Aos jornalistas, disse ainda que, para além do pedido de esclarecimentos em relação à ferrovia e à rodovia, pretende que o Governo venha clarificar onde ficará localizada a nova unidade de radioterapia. “A população do nosso concelho assiste incrédula ao contrassenso na abordagem do Governo a esta unidade de saúde. Por um lado evidenciam os excelentes indicadores do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, por outro confundem-se na localização da nova unidade de oncologia para a região”, sustentou.

Sérgio Rodrigues defendeu que o Governo tem de assumir definitivamente o local onde vai instalar a nova unidade de radioterapia, devendo ainda explicar os motivos que pesaram nessa opção.

Política Agrícola Regional deve salvar os produtores de leite

O presidente do PSD/Açores defende “uma verdadeira política agrícola regional para salvar os produtores de leite, porque “só atuando diretamente junto da produção e junto da indústria se poderá valorizar um produto tão importante para a economia regional”. Duarte Freitas falava durante a visita a uma exploração agrícola, na freguesia da Feteira, em Angra do Heroísmo, onde considerou urgente “que se negocie com os hipermercados e com a cadeia de distribuição, em Portugal e no estrangeiro”, assim como se crie “novos produtos, para chegar a novos mercados, e para valorizando os produtos da região”. “Só escoando eficazmente os ‘stocks’ existentes de produtos açorianos, sairemos do ciclo de esmagamento de preços a que a região está submetida.”

O presidente do PSD/Açores recordou que, “foi na Terceira que, há cerca de um ano, avancei com a ideia de se implementar um mecanismo comum, junto da União Europeia, visando salvaguardar a produção leiteira. O que outros países começam a defender. É altura de aproveitarmos essas ideias, porque os Açores já perderam demais”.

Para Duarte Freitas, as medidas do Governo Regional “de combate à grave crise que atravessa o setor leiteiro, pecaram por tardias e por serem escassas. O que se está a passar com a produção de leite só prova que é tempo de mudar, porque o pouco que foi feito não se revelou eficaz”, afirmou.

O líder social-democrata acusou mesmo a tutela “de ter acordado tarde para as dificuldades que o fim das quotas leiteiras provocaram, estando agora os produtores duplamente penalizados, porque a indústria está a cortar a possibilidade de produção e a diminuir os preços”, referiu.

“O PSD/Açores fez várias propostas nos últimos anos, que o Governo Regional nunca acatou, por mera teimosia. O mesmo governo que não soube atuar, nunca solucionando os problemas dos produtores. E esses sim, souberam cumprir o que lhes foi pedido, investindo numa maior qualidade do seu produto”, sublinhou.

Duarte Freitas afirmou, por outro lado, que “não é saudável que, numa ilha onde a produção de leite tem a importância que se conhece na Terceira, o setor esteja nas mãos de um único industrial ou de um único distribuidor. Tem que se intervir politicamente, no imediato, para libertar os produtores desta dependência”.

O líder do PSD/Açores defende “uma intervenção imediata, junto da indústria, para que a prazo se possam encontrar outras soluções, que passem por outras produções, outros industriais, e outras formas de distribuir e comercializar o produto”.



Programas ocupacionais são para continuar

O PSD/Açores garantiu que os programas ocupacionais de emprego “são para continuar, prolongar e melhorar. Não sendo a solução para o desemprego, são necessários, pelo que o PSD/Açores assume o compromisso de, como governo, manter os programas mas também criar uma melhor economia da região, para gerar mais emprego e melhor emprego”, declarou o deputado Joaquim Machado. “Numa coisa concordamos com o Governo regional”, avançou o social-democrata, “é que, pelo terceiro ano consecutivo, há mais açorianos empregados do que no país. Mas os Açores têm, hoje, o dobro dos desempregados de 2010, e três vezes e meia mais desempregados que os registados há uma década”, referiu.

De acordo com Joaquim Machado, “esses dados demonstram que são necessários todos os programas ocupacionais que o Governo Regional tem vindo a desenvolver. E os programas são para continuar, esse é um compromisso do PSD/Açores, quando for governo, juntando a isso a certeza de tudo fazer para que eles deixem de ser necessários”.

O deputado considerou que a região precisa “de uma economia mais sustentável, menos intervencionada pelo Governo Regional, e capaz de gerar o emprego de que os açorianos necessitam”, tendo classificado a intervenção em plenário do vice-presidente do governo como “querendo dizer que antes era o inferno e agora é o céu, parecendo mesmo que, a alguns dias de distância, já nos encontramos num comício do PS”, sublinhou.

Joaquim Machado lembrou que, “dois, em cada três açorianos desempregados, estão sem trabalho há mais de 12 meses”, sendo que “um terço dos desempregados da região tem entre 25 e 34 anos”.

“Em 2014, o número de desempregados era maior, mas o Governo regional recusou a sua responsabilidade, que agora assume, porque os números evoluíram. Mas é falso que se deva ao Governo regional essa evolução”, alertou.

O social-democrata frisou que os Açores “precisam de uma nova esperança, de mais emprego e de melhor emprego, de quem faça mais por quem mais precisa. Temos de dar condições aos açorianos para fazerem face a todas as suas despesas, pois, ao contrário de algumas entidades públicas, eles não podem deixar de cumprir as suas obrigações”.





Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

Cavaco Silva às Mulheres Sociais Democratas

Dar a Portugal o melhor de nós próprios



O Prof. Cavaco Silva usando da palavra no I Encontro Nacional das Mulheres Sociais Democratas em que participaram mais de mil pessoas



• (Pág. 2)

No Hotel Alfa
em Lisboa
amanhã
quinta-feira
às 15 h 30

**Conferência
de Imprensa com Cavaco Silva
Apresentação do manifesto
eleitoral do PSD
e do balanço
da acção
governativa**

CAVACO SILVA

em tempos de Antena
na RTP

Dia 28 — Parlamento Europeu

Dia 30 — Assembleia da República

(ver calendário na página 8)

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Amarante para reunir, no próximo dia 08 Abril de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Apresentação e aprovação das contas 2015 e apresentação do plano de actividades para 2016;
- 2 - Análise da situação política nacional
- 3 - Análise da situação política concelhia
- 4 - Outros assuntos.

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cartaxo para reunir, no próximo dia 08 Abril de 2016 (sexta-feira), pelas 21h30 na sede, sita na Rua Serpa Pinto, Lote 3 – 1º Dtº.com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos de interesse para os militantes

CINFÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cinfães, para reunir no próximo dia 31 de Março de 2016 (quinta-feira), pelas 21h00, no edifício da Junta de Freguesia de Cinfães, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Aprovação do relatório de Contas de 2015
- 2 - Aprovação do orçamento para 2016
- 3 - Análise da situação política local e nacional;
- 4 - Outros Assuntos.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Maia, para reunir no próximo dia 14 de Abril de 2016, (quinta-feira), pelas 21h00, sede, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Apresentação e aprovação das contas da Secção referentes ao ano de 2015
- 2 - Apresentação e aprovação do Orçamento de 2016 e actividades da Secção para o biénio de 2016/2017
- 3 - Análise da situação política
- 4 - Diversos

MELGAÇO RECTIFICAÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Melgaço para reunir, no próximo dia 16 de Abril de 2016, (sábado), pelas 14h30, na Praça do Ribeiro do Porto, nº 1, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único – Eleição dos órgãos da Secção
Mesa da Assembleia de Secção
Comissão Política de Secção
Nota

– As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

– As urnas estão abertas das 14h30 às 19h00.

MOITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Moita para reunir, no próximo dia 30 de Abril de 2016, (sábado), pelas 15h00, na sede, sita no Centro Comercial Zona F, Loja 3 – Vale da Amoreira, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único – Eleição dos órgãos da Secção
Mesa da Assembleia de Secção
Comissão Política de Secção
Nota

– As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

– As urnas estão abertas das 15h00 às 18h00.



ALTERAÇÃO DE HORÁRIO

ARGANIL

No próximo dia 8 de abril de 2016, teremos na concelhia de Arganil atos eleitorais para os delegados ao congresso e para eleição da comissão política.

Dado ser uma sexta-feira e muitos dos nossos militantes estudarem e trabalharem fora de Arganil, o acto eleitoral será realizado na mesma data mas com o seguinte horário: 20h00m às 22 horas.

AMADORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da concelhia da Amadora, para o plenário a realizar-se no próximo dia 28 de Abril de 2016, das 21h30 até as 23h30 na sede do PSD, sita na Rua 11 de Setembro de 1979, Loja 16A, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política JSD Amadora.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues, na sede do PSD Amadora, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD de Santa Marta de Penaguião, para reunir no dia 23 de Abril de 2016, pelas 18 horas, na Sede do PSD de Santa Marta de Penaguião, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia de Santa Marta de Penaguião.

Notas:

As urnas estarão abertas das 18h00m às 20 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Vila Real ou a quem

estatutariamente o substitua, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

SANTARÉM

De acordo com os Estatutos e Regulamentos da JSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da JSD Concelhia de Santarém para reunir, no próximo dia 09 de Abril de 2016, pelas 16h30, na sede Distrital do PSD de Santarém, sita na Calçada de Mem Martins, nº 10, 1º, 2001-901 Santarém. O Plenário, sem fins eleitorais, terá os seguintes pontos na ordem de trabalhos:

- 1 – Informações e outros assuntos;
- 2 - Análise da Situação Política actual;

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD de Seia, para reunir no dia 23 de Abril de 2016, pelas 15 horas, na Sede do PSD de Seia, sita na Av. 1.º de Maio, n.º 26, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia de Seia.

Notas:

As urnas estarão abertas das 15h00m às 17 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem estatutariamente o substitua, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

CONSELHO DISTRITAL DE VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Vila Real para reunir no dia 23 de Abril de 2016, pelas 15 horas, na Sede do PSD de Santa Marta de Penaguião, sita na Rua Velha, Loja 3, em Santa Marta de Penaguião, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação do Plano de Actividades para 2016;
- 2 – Aprovação do Orçamento para 2016;
- 3 – Apreciação da Moção a apresentar no XXIV Congresso Nacional da JSD;
- 4 – Outros assuntos.

NÚCLEO DE MILHEIRÓS DE POIARES (SANTA MARIA DA FEIRA)

Ao abrigo dos Estatutos da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de Milheiros de Poiares, concelho de Santa Maria da Feira, para o dia 7 maio de 2016 pelas 14h00, na Sede do PSD/JSD de Milheiros de Poiares, sita na Rua da Igreja Velha, n.º 155d, freguesia de Milheiros de Poiares com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política do Núcleo.

Nota:

O ato eleitoral decorrerá entre as 14h00 e as 16h00.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, Freguesia da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

NÚCLEO DE RIO MEÃO (SANTA MARIA DA FEIRA)

Ao abrigo dos Estatutos da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD Rio Meão, concelho de Santa Maria da Feira, para o dia 7 maio de 2016 pelas 10h00, na Sede da Junta de Freguesia de Rio Meão, sita no Largo de Santo António, 57, freguesia de Rio Meão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política do Núcleo.

Nota:

O ato eleitoral decorrerá entre as 10h00 e as 12h00.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, Freguesia da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.



LEIRIA

Nos termos dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD/Leiria, para reunir no próximo dia 29 de Abril de 2016, pelas 21H00, na Sede Distrital, sita na Rua José Jardim, nº 32, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política e social;
3. Outros Assuntos.



COIMBRA

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA DISTRITAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais, convoco os militantes dos TSD para reunir no próximo dia 16 de Abril de 2016, entre as 17.00 e as 20.00 horas, nas moradas abaixo discriminadas, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Eleição dos Delegados dos TSD de Coimbra à Assembleia Distrital do PSD de Coimbra.

Coimbra:

Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16

Figueira da Foz:

Rua da Liberdade, 6

As listas candidatas a Delegados deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, até às 24h00 do dia 14 de Abril de 2016, na sede distrital do PSD, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16, Coimbra.

Coimbra, 15 de Março de 2016

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital

José Luís Pais